

A SERVIÇO DA CATEGORIA

Jornal do SINTUFRJ

www.sintufjr.org.br

FASUBRA Associação CUT

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UFRJ

É hora de radicalizar

Além de não negociar, o governo investe contra a greve com a ameaça de corte de ponto. A palavra de ordem geral é radicalizar o movimento. Servidores de todo o país rumam esta semana para a grande marcha no dia 18, em Brasília.

PÁGINA 6

Marcha a Brasília 18 de julho de 2012



PROGRAMAÇÃO
Jornada de Lutas em Brasília
16 a 20 de julho:
Acampamento na Esplanada
18 de julho:
Marcha Nacional
20 de julho:
Plenária Unificada

UFRJ enterra o governo Dilma

Acampamento na Reitoria, vigília e protesto no Consuni marcaram as manifestações, esta semana, na UFRJ, contra a omissão do governo e a retaliação à greve. **PÁGINAS 3 E 4**



A Farmácia não para?

É com esta afirmativa, sem a interogação, que são recebidos os servidores ao tomarem posse na Faculdade de Farmácia. Afirmativa que por si só já revela um viés antidemocrático, pois nas democracias entrar ou não em greve é uma decisão coletiva, tomada nas assembleias da categoria, e não um desejo de qualquer autoridade de plantão, muito menos um dogma.

Na greve do ano anterior, os servidores da graduação e da pós-graduação da Farmácia não entraram em greve, mas neste ano resolveram aderir, configurada na montagem do plantão, na qual os servidores da Secretaria Acadêmica de Graduação fariam uma tabela de plantão, com cada servidor responsabilizando-se por dois dias semanais.

Mas no decorrer da greve — que se caracteriza, por um lado, por ser uma greve de unidade entre técnicos-administrativos em educação, professores e estudantes; e, por outro, por uma absoluta intransigência do governo em negociar — os trabalhadores da graduação e da pós-graduação da Farmácia foram se conscientizando da necessidade de uma greve forte. Esta conscientização se expressou de forma diversa. De um lado com servidores aderindo completamente à greve — o que significa não participar do plantão — de outro com servidores

propondo a diminuição do plantão para 1 servidor por dia.

O clima entre os servidores e as chefias era bom enquanto havia consenso em relação à lógica local, que dizia que todos os serviços da Farmácia são essenciais, isto é, enquanto todos obedeciam aos ditames particulares dos chefes locais. Mas ao primeiro sinal de que os servidores estavam pensando por conta própria e no interesse maior da Universidade, e não apenas no interesse das chefias da Faculdade de Farmácia, o clima mudou. Surgiram as ameaças, escritas ou faladas, de que “as relações pessoais depois da greve não seriam as mesmas”, de que os trabalhadores “não amavam a universidade” etc., que depois da greve “iriam implodir o setor”, transferindo uns e colocando outros à disposição. Tais ameaças e constrangimentos configuram assédio moral coletivo — segundo a assessora do Sintufrj, Terezinha Souza — surgido na greve, uma vez que obstam a legítima manifestação dos trabalhadores em se colocarem na defesa dos seus interesses e da categoria, pressionando-os emocionalmente e ameaçando-os com represálias futuras.

O serviço público exige de seus servidores compromisso com a *res pública* (coisa pública), e entre seus princípios está a impessoalidade. O

compromisso exigido pelo Regime Jurídico Único (RJU) é o profissional, não o amoroso. As relações interpessoais de afetividade podem ou não vigir no interior de qualquer instituição espontaneamente, mas não são obrigatórias. Obrigatório é o respeito profissional e pessoal, visto que não se pode obrigar o afeto, a não ser nas tristemente célebres ditaduras. No concurso público, que atualmente é a forma de entrada na universidade, exige-se um conjunto de características profissionais e nenhuma delas versa sobre características pessoais, visto que se trata da coisa pública e não da vida privada.

Ao se invocar a obrigatoriedade dos sentimentos de amor no exercício profissional, confunde-se perigosamente a vida privada com a vida pública, mercantilizam-se os sentimentos, colocando em risco não somente a vida privada, como a democracia, abrindo caminho para ditadores de plantão.

Os servidores da Farmácia demonstraram boa vontade e profissionalismo em tentar resolver as questões locais, mas no momento em que as ameaças recrudesceram, resolveram procurar o Sintufrj, que se declara ao lado destes e de quaisquer servidores que lutam pelo direito de existir dignamente, afirmando que não aceitará qualquer forma que seja de assédio moral.

Carta Aberta à Comunidade da UFRJ

Em 12 de junho de 2011, senti uma vertigem muito forte que não consegui ficar de pé. Depois de vários exames, foi constatado um neurinoma do acústico, um tumor benigno medindo 1,6 cm, localizado no nervo acústico do ouvido esquerdo (ou orelha interna, como queiram). Venho tentando uma cirurgia no nosso querido HUCFF, mas sem sucesso. Houve alguns agendamentos da mesma por parte do médico otorrinolaringologista Felipe Félix, mas sem êxito. O doutor Felipe tem demonstrado boa vontade, já tive uma experiência muito boa com ele e com a doutora Priscila, quando da cirurgia que meu filho se submeteu em janeiro de 2010. Como depende também, e principalmente, do serviço de Neurocirurgia, criou-se um vácuo em que o único prejudicado sou eu.

Gostaria de chamar a atenção da comunidade da UFRJ para o abandono em que se encontra o HUCFF. Não tenho plano de saú-

de, e não tenho obrigação de tê-lo. Somos campeões em impostos e o SUS tem a obrigação de ser um sistema eficiente. A saúde pública é um direito de todo cidadão brasileiro e um dever do Estado, está na Constituição. Para agilizar, e ao mesmo tempo liberar vagas para outros pacientes, fiz todos os exames, inclusive a ressonância magnética, com recursos próprios. O que me deixa mais indignado é que até dezembro de 1996, antes de me aposentar, trabalhei no Gabinete do diretor da Divisão Médica, que também era o vice-diretor geral do HUCFF, o doutor Adelson. Nesse período recebia os pacientes que o procuravam com toda a dignidade que uma pessoa debilitada pela doença merece ser recebida. Eu sei que fiz a minha parte e espero que os senhores que decidem o destino dos enfermos façam a sua.

Atenciosamente,
Severino Afonso Pinto. Aposentado, HUCFF-UFRJ

Encontro dos aposentados

O tradicional encontro de aposentados será dia 31 de julho, terça-feira, a partir das 10h, no Espaço Cultural do Sintufrj. Além

de homenagear o dia das avós, a reunião pretende reeditar o sucesso do último encontro, como espaço de cultura, debate e serviços.

Concut apóia greve

A intransigência do governo em negociar com os servidores públicos federais e o movimento grevista foram debatidos no 11º Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores (Concut), realizado de 9 a 13 de julho, em São Paulo. Uma greve geral, organizada pela central, não está descartada.

Segundo Pedro Armengol, diretor executivo da CUT, a greve está sendo a única alternativa para os trabalhadores do serviço público diante de um governo que se recusa a negociar suas reivindicações e pode ser ampliada para uma greve de todos. O Concut reuniu mais de três mil delegados de vários ramos da classe trabalhadora de todo o país.

A entidade pressionará o governo até a data do envio ao Congresso da previsão de gastos para 2013, marcada para 31 de agosto. O argumento do governo de que não há verba não é aceito. O governo gasta hoje cerca de 4% do Produto Interno Bruto (PIB) com os servidores. Segundo Armengol, no governo Lula se gastava mais: pelo menos 4,8%. “Sabemos que a intenção é baixar ainda mais os 4%. E para que isso não ocorra é que luta-



Foto: Nando Reis

remos”, afirmou o dirigente da CUT: “A despesa de pessoal não é um risco para o crescimento econômico. Pelo contrário, salários justos fortalecem a economia”, completou.

Trabalhadores das ifes têm saudação

Na abertura do 11º Congresso, o presidente da central, Arthur Henrique, saudou os milhares de trabalhadores que “nesse momento estão fazendo greve. São professores, são trabalhadores técnico-administrativos de universidades públicas e demais servidores públicos”.

“Avalio que o governo está dificultando ao máximo as negociações. O movimento vai ter que pressionar muito e a CUT está posicionada nesta linha, para que o governo venha a negociar com o movimento. Principal-

mente para garantir o acordo com os servidores públicos federais”, avaliou o presidente da CUT-RJ, Darby Igaiara para quem a resposta do movimento sindical nesse momento é intensificar a luta: “Vamos para cima!”

Moção a favor da greve dos SPF

“A Central Única dos Trabalhadores (CUT) apoia a greve dos Servidores Públicos Federais - SPF - em defesa de salário, reestruturação da carreira e contra projetos de lei prejudiciais aos trabalhadores públicos. (...) A campanha salarial foi lançada em fevereiro, mas, diante da falta de negociações efetivas com o Executivo Federal, no dia 16 de

maio começou a greve (...).

Hoje, o movimento atinge 26 setores, com um total de 300 mil trabalhadores parados. (...) É a maior greve de servidores desde 2003. Apesar disso, o governo usa a crise econômica mundial como justificativa para não negociar com os trabalhadores.

(...) Por tudo isso, a CUT apoia o movimento, assim como apoia

o direito de greve, e exige que o governo negocie com os servidores públicos federais a tempo de incluir ganhos na próxima Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), cujo prazo se encerra no dia 31 de agosto. A CUT também convoca todos os trabalhadores a participar do movimento e do ato marcado para Brasília no próximo dia 18. Somos CUT, somos fortes.”

Reitoria estuda relação com a Ebserh

Prudência é, segundo o coordenador provisório do Complexo Hospitalar e chefe de Gabinete do Reitor, Marcelo Land, a postura adotada pela Administração Central da UFRJ e do próprio reitor em relação à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh). “Temos muito poucos elementos para avaliar como será a relação da Ebserh com a universidade para que o Conselho Universitário (Consuni) tome uma decisão”, afirma Land, que foi diretor do Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira (IPPMG) da UFRJ.

Duas posições, segundo ele, orientam a Reitoria em relação à Ebserh: “A primeira é que a UFRJ não pode abrir mão de sua autonomia e reafirmar que a decisão sobre aprovação ou não de uma possível contratação depende da aprovação do Consuni, e a segunda é que deve-se tomar uma atitude com extrema cautela e observar para que nossos valores acadêmicos não sejam prejudicados nesse processo”.

Apesar da cautela da Reitoria sobre a Ebserh, Marcelo Land confirma que dos nove diretores das unidades de saúde da UFRJ, apenas um é contra a abertura de negociação com a Ebserh, que é o diretor do Instituto do Coração Edson Saad (Ices), Nelson Souza e Silva. Além disso, já aprovaram a Ebserh a Faculdade de Medicina e o Conselho de Centro do Centro de Ciências da Saúde (CCS), com o voto favorável de 20 unidades e oito contra.

Dúvidas são gerais

A possível pressão do Ministério da Educação para que a UFRJ faça contrato com a empresa foi descartada por Marcelo Land, afirma que “o MEC não pode opinar sobre nossas decisões”. O professor informa que até o momento nenhuma universidade contratou a Ebserh. E acredita que isso ocorre por falta de informações a respeito de como será a relação da empresa com as instituições.

Uma das perguntas até agora sem resposta é, segundo Marcelo Land, como ficará a relação da Ebserh com os trabalhadores da UFRJ. “A gente não sabe como será a política de pessoal da empresa. Porém, o mais importante, como força de trabalho, é não perder a capacidade de defender os seus direitos em qualquer situação, como ocorreu com os médicos e a insalubridade”, observa o dirigente. No entanto, “há sinalização de que haveria uma série de vantagens como, por exemplo, seguro de vida, seguro-saúde e até equiparação com salários de mercado”.

Mesmo não assumindo posição contrária ou favorável a respeito da Ebserh, o coordenador do Complexo Hospitalar da UFRJ define a empresa de forma positiva: “Os hospitais universitários estão em situação precária e as pessoas também. A Ebserh faz parte de uma política de governo ratificada pelo Congresso Nacional, e nenhuma alternativa foi oferecida até o momento para resolver os problemas dessas unidades de saúde. Mas isso não significa que a UFRJ não adotará uma decisão soberana sobre o que mais lhe convém. Tanto é que, apesar de toda a crise, até agora os conselhos recomendam apenas o início de negociação e não uma contratação às cegas”.

Como ex-diretor do IPPMG e coordenador do Complexo Hospitalar, Marcelo Land avalia como sendo o maior problema enfrentado pelos hospitais universitários a falta de reposição de recursos humanos. Ele informa que os extraquadro dos quatro hospitais certificados, que são o Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (HUCFF), o IPPMG, a Maternidade Escola e o Instituto de Psiquiatria (Ipub), somam cerca de mil profissionais e “sem nenhum mecanismo de regularização da

força de trabalho (nenhum direito trabalhista reconhecido)”. E, por anos a fio, os extraquadro das nove unidades de saúde da UFRJ custam, para a Reitoria, cerca de 27 milhões de reais.

Ebserh versus Complexo Hospitalar

Marcelo Land garante que o reitor continua entusiasmado com o Complexo Hospitalar da UFRJ, portanto, ainda apoia a iniciativa, e que a contratação ou não da Ebserh pela UFRJ não significará o fim do Complexo. “O que está acontecendo com ele é que ele existe, mas, há um ano, espera pela aprovação de seu regimento, que ainda não foi homologado pelo Conselho de Centro do CSS. Isso deveria ter ocorrido antes de ter sido levado ao Consuni”, explica o chefe de Gabinete do Reitor.

De acordo com Marcelo Land, o Conselho de Centro do CCS ainda não aprovou o regimento por entender que somente depois de definido o papel da Ebserh na UFRJ é que se poderá entender como funcionará o Complexo: “Se ele terá dimensão administrativa ou apenas de integração acadêmica entre as unidades”.



MARCELO LAND: “O MEC não pode opinar sobre nossas decisões”

A Ebserh mostra sua verdadeira face

Debruçando-se sobre a questão da Ebserh em suas reuniões, o Comando Local de Greve dos técnicos-administrativos da UFRJ aprovou o texto no qual reflete acerca do papel da empresa que é decantada como a solução dos problemas dos hospitais universitários.

Leia abaixo alguns trechos da nota que aponta para problemas a serem criados com a instalação da Ebserh na UFRJ:

1 – “Esta, uma vez contratada pelas Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes), terá de, entre outras atribuições, prestar serviços de apoio ao processo de gestão dos hospitais universitários e federais e a outras instituições congêneres, com implementação de sistema de gestão único.”

2 – “Esta prestação de serviços se dará com a contratação de pessoal técnico e administrativo através do regime de trabalho celetista. Com isso, a consequência imediata é o fim,

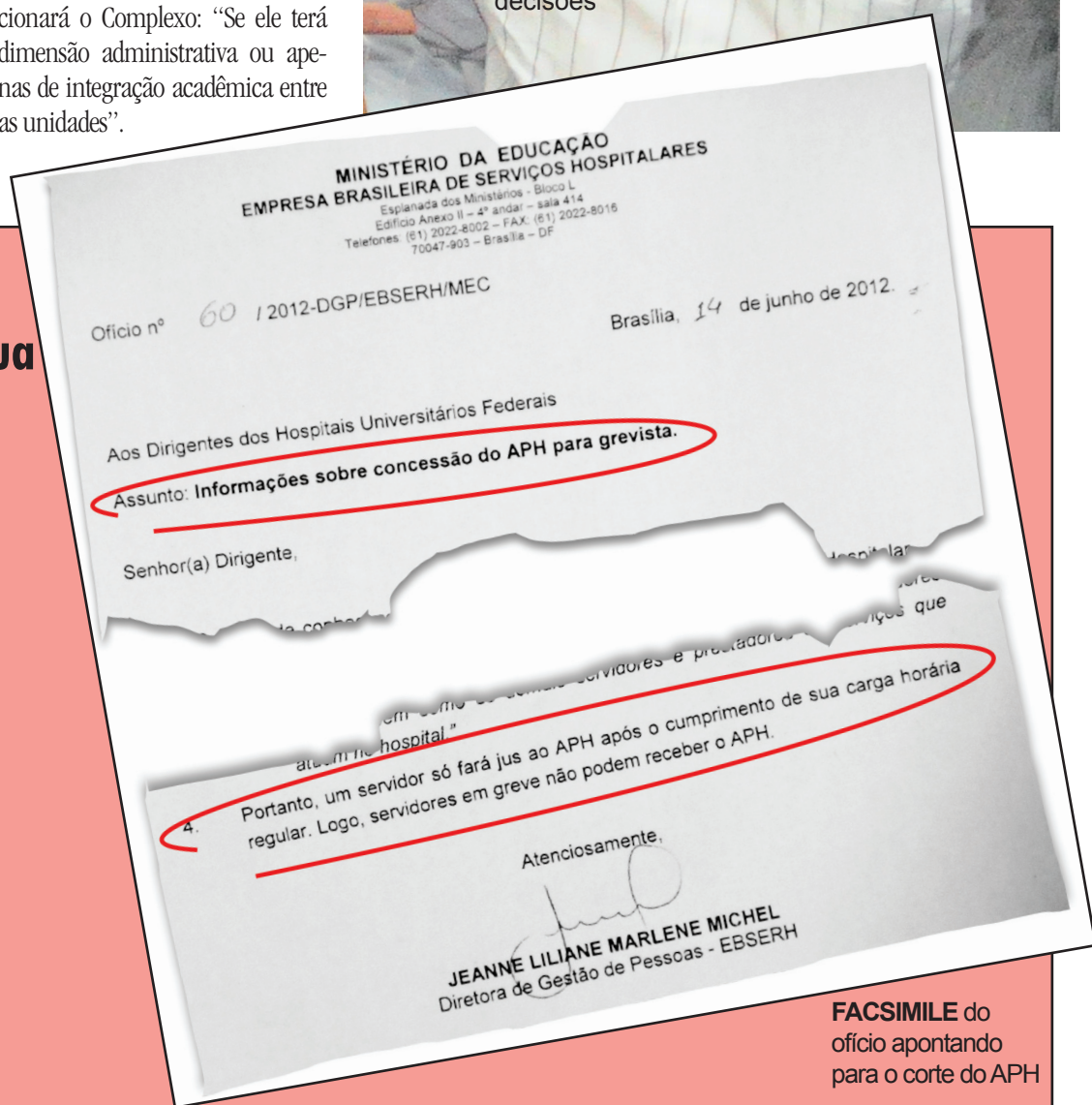
nos hospitais os quais a Ebserh atuará, de concursos para o ingresso de novos servidores públicos, regidos pelo Regime Jurídico Único (RJU), e a extinção da estabilidade funcional.”

3 – “A administração de pessoal nos hospitais universitários, mesmo dos funcionários que

executam atividades-fim, estará delegada a uma empresa. Este fato representa um grande revés à mobilização dos trabalhadores, pois seremos divididos, mais cedo ou mais tarde, em duas categorias: os servidores da UFRJ e os funcionários da Ebserh.”

4 – “A Ebserh terá poderes

apenas no âmbito dos hospitais universitários, vale alertar que, se este sistema de administração for implementado sem obstáculos, pode ser adaptado para as demais unidades com a criação, por exemplo, de uma Empresa Brasileira de Serviços Educacionais, nos mesmos moldes.”



FACSIMILE do ofício apontando para o corte do APH

Oito horas de manifestações na Reitoria

Depois da vigília à noite, trabalhadores e estudantes promovem manifestação que começou às 6h e terminou às 13h

A Cidade Universitária amanheceu, na quinta-feira, dia 12, sob o impacto da vigília iniciada no dia anterior pelos técnicos-administrativos e estudantes em greve, na Reitoria. Às 5h, o carro de som do Sintufjr já estava posicionado em frente à entrada principal do prédio para dar início à manifestação que começou por volta das 6h e se estendeu até as 9h30, quando todos subiram para participar da sessão do Conselho Universitário (Consuni) e encaminhar suas reivindicações.

A palavra de ordem “A nossa luta unificou: é estudante, funcionário e professor”, que os estudantes de vários cursos, em greve, não cansavam de repetir, definia o estágio do movimento na UFRJ e no país. Cornetas, tambores e apitos ajudaram a dar mais vigor ao ato organizado pelo Comando Local de Greve (CLG-Sintufjr). Não faltou criatividade aos militantes nas adaptações de músicas conhecidas da maioria.

Humor, mas séria cobrança

Ao ritmo, por exemplo, das marchinhas “É ou não é piada de salão, tem dinheiro pra banqueiro e não tem pra Educação” e “Eu tô na greve, tem erro não, pela defesa da Saúde e da Educação”, os grevistas mandavam recado à presidente Dilma Rousseff e explicavam as razões pelas quais estudantes e trabalhadores em Educação das 60 universidades federais brasileiras deflagraram o movimento há mais de 30 dias. Por último, avisaram: “Se não negociar nós vamos ocu-

par”, sinalizando que poderão, no futuro, acampar na Reitoria como forma de pressionar o governo a abrir negociações com o Comando Nacional de Greve (CNG-Fasubra).

Dois motivos levaram os técnicos-administrativos, com o apoio dos estudantes, a realizar a vigília e a manifestação no Consuni: a ameaça de corte de ponto pelo governo e a defesa dos hospitais universitários públicos. A comunidade universitária não tem dúvidas de que a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) é uma ameaça concreta à autonomia universitária, caso a UFRJ se curve à imposição do Ministério da Educação e permita que ela administre suas unidades de saúde.

“Vamos ao Consuni apresentar nossa rejeição à Ebserh e manifestar nossa indignação contra esse governo que corta salários e privatiza, mas não recebe os trabalhadores para ouvir suas reivindicações”, afirma Noemi de Andrade, coordenadora-geral do Sintufjr.

“Nossa tarefa aqui é aprovar moção no Consuni contra o corte de ponto, porque a greve é um direito garantido na Constituição Federal”, complementou Fabrício Caseiro.

Os trabalhadores e estudantes também decidiram levar ao Consuni suas pautas internas de reivindicações, já entregues à Reitoria anteriormente, e manifestar-se veementemente contra a Ebserh.

Audiência pública

Os estudantes estavam dispostos a ocupar o Consuni para exigir do

reitor Carlos Levi, com anuência do Consuni, que fosse marcada data para realização de audiência pública na qual pudessem discutir alguns temas da pauta de reivindicações interna. Entre os assuntos listados, destaque para a Ebserh. “Queremos discutir a empresa e as nossas propostas com um representante do Ministério da Educação”, apontavam os técnicos-administrativos. Da mesma forma, o Reuni: “cadê o dinheiro e as obras” – indagavam os estudantes – e reforma do alojamento.

Segundo o representante dos estudantes no Consuni, Tadeu Alencar, a pauta interna de reivindicações tem quatro eixos: mais financiamento para a expansão da universidade, com qualidade; contra a política de privatização

do governo; por democracia e autonomia; e política de assistência e permanência estudantil.

Vigília e velório do governo atravessa a noite

Trabalhadores técnico-administrativos em educação e estudantes da UFRJ ocuparam o prédio da Reitoria no final da tarde de quarta-feira, 11, para fazer vigília com direito a um velório do governo Dilma. Eles passaram toda a noite no salão do Conselho Universitário para velar o “corpo” da presidente e preparar o seu enterro no dia seguinte, 12, com ida à sessão do Consuni para exigir posicionamento do reitor Carlos Levi contra o corte de ponto. No início da noite o protesto chegou aos telejornais e integrantes do CLG-Sintufjr denunciaram a ati-

tude do governo exigindo abertura de negociação.

No início da manhã de quinta-feira, com o bumbo marcando os compassos da “marcha fúnebre”, os manifestantes realizaram o velório. O caixão com a boneca de pano Dilma, ornamentado com flores, foi posto no chão em frente à entrada principal do prédio da Reitoria e cercado de velas. Numa das pontas do caixão um cartaz reivindicava: “Negocia Dilma!” O velório foi animado com muitas vaia às políticas do governo para a Educação e uma frase foi repetida à exaustão: “Se não negociar nós vamos enterrar”. Às 9h30, o caixão foi novamente levado em “cortejo” até o salão do Consuni e posto sobre uma mesa, coberto com uma faixa que dava conta de que ali estavam o “governo federal e sua gestão”.



NOITE DE VIGILIA de quarta pra quinta prepara o enterro do governo federal e sua gestão

Protesto na Praia Vermelha contra corte de ponto

A Zona Sul do Rio foi movimentada pela manifestação dos trabalhadores técnico-administrativos em educação da UFRJ no dia 10 de julho. Em greve há 36 dias, reunidos em assembleia geral no campus da Praia Vermelha, eles decidiram continuar o movimento e responder à altura à ameaça de corte de ponto pelo Ministério do Planejamento. Os funcionários denunciam que o governo quer retaliar e intimidar o movimento sem sequer negociar efetivamente e apresentar proposta concreta às reivindicações.

A assembleia geral, realizada

no auditório do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), foi encerrada com manifestação que interrompeu o trânsito na Avenida Venceslau Brás. Os funcionários saíram em passeata pelo campus com faixas, cartazes e entoando palavras de ordem. Já na via pública, permaneceram ocupando várias vezes a rua e distribuindo panfletos à população. “Oh, oh, oh, cadê o dinheiro? A Dilma deu tudo pro banqueiro e pro bicheiro”, cantavam, do carro de som, para os motoristas parados no trânsito. O governo alega que não tem dinheiro para atender às reivindicações dos servidores federais.



NOVAMENTE, panfletagem nos sinais em frente ao campus da Praia Vermelha

Moções - A assembléia aprovou moção de repúdio ao secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento (MPOG), Sérgio Mendonça, pela iniciativa de cortar o ponto foi aprovada. Outra moção aprovada foi em apoio aos pescadores artesanais de

Magé que tiveram dois companheiros mortos e estão sofrendo ameaças por milícias no campo de obras da Petrobras. Leia a íntegra das moções no site <http://www.sintufjr.org.br/greve2012/>

Consuni: na falta de quórum, vale a palavra do reitor

Corte de ponto e Ebserh foram os temas da sessão da qual técnicos-administrativos e estudantes foram os principais personagens

O velório simbólico da presidente Dilma foi transferido dos pilotis para o salão nobre da Reitoria, no segundo andar, com direito a um minuto de silêncio, com posteriores aplausos, vaías, cantorias e muitas palavras de ordem. O clima no ambiente, apesar do cenário de enterro, respirava vida com muita energia. Cartazes e faixas coloriam as paredes.

Enquanto aguardava o início da sessão do Conselho Universitário (Consuni), a categoria manifestava seu descontentamento com o governo. “O corte de ponto será respondido com uma greve mais fortificada. Vamos, de todas as formas, manifestar nosso repúdio e garantir que a educação seja de qualidade para nossos filhos”, anunciou a dirigente sindical Noemi de Andrade.

Reitor não vai cortar ponto

Depois de muita espera, o reitor Carlos Levi decidiu instalar a sessão do Consuni mesmo com falta de quórum. Por conta disso, o colegiado não deliberou sobre o apoio à moção de repúdio ao secretário das Relações de Trabalho do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), Sérgio Mendonça, autor do comunicado aos dirigentes de Recursos Humanos das categorias em greve, orientando-os para o corte de ponto dos dias parados. A proposta de repúdio foi aprovada pelos técnicos-administrativos na assembleia do dia 10 de julho.

Mas o reitor afirmou que “a Reitoria não se submeterá a essa orientação, como também apoia o movimento pela abertura de negociação pelo governo das reivindicações dos trabalhadores e estudantes em greve”. Levi acrescentou, ainda, que “não houve aqui (na UFRJ)

manifestação de recebimento oficial (do comunicado)”, e como já havia dito antes, “não aceitava essa imposição, e esta era também a posição da Associação Nacional dos Dirigentes das Ifes (Andifes), aprovada por unanimidade pelos membros do Conselho Administrativo”.

O CLG-Sintufrj protocolou no Consuni a pauta interna de reivindicações, já entregue ao reitor. A expectativa é que a Administração Central marque o mais rápido possível reunião para discussão dos itens e encaminhamento de soluções para os problemas apresentados.

Audiência pública para Ebserh

Além da bancada dos estudantes, dirigentes do DCE-Mário Prata, assim como o CLG-Sintufrj e a Adufrj-SSind puderam se manifestar no Consuni, insistiram que o reitor marcasse, naquele dia, uma data para realização de audiência pública na UFRJ sobre a Ebserh, inclusive com a presença de um representante do Ministério da Educação para responder às dúvidas da comunidade universitária sobre a empresa. Enquanto as lideranças estudantis travavam o embate com Carlos Levi, os demais agitavam a sessão com muito barulho e palavras de ordem.

“Queremos saber a opinião da Reitoria sobre a Ebserh. Queremos audiência pública. Queremos saber se essa Reitoria é contra o debate sobre a Ebserh. É lamentável não se ter conseguido marcar, até agora, a audiência pública para discutir nossas reivindicações”, insistiam os estudantes. O representante dos técnicos-administrativos e coordenador do Sintufrj, Nilson Theobald, afirmou ser a situação um “absur-

do! A Ebserh está entrando na UFRJ e a Reitoria não quer discuti-la. A Reitoria tem que tomar uma posição em relação a isso”.

Mônica Marluce, outra conselheira técnica-administrativa, fez uma grave denúncia ao Consuni: os profissionais do hospital, que recebem o Adicional por Plantão Hospitalar (APH) foram notificados que ficariam sem o pagamento do benefício se aderissem à greve, e quem assina o ofício é a diretora de Gestão de Pessoas da Ebserh, Jeanne Liliane Marlene Michel. “Sou funcionária da UFRJ lotada no HUCFF e não dessa empresa. Deveria já haver posicionamento nosso sobre a Ebserh. Ou, pelo menos, estar sendo discutida no Consuni. Defendemos a saúde pública, por isso queremos uma moção do Consuni contra a Ebserh”, exigiu a técnica-administrativa.

Um grupo de profissionais dos hospitais universitários da UFRJ (médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, entre outros) distribuiu, durante a sessão do colegiado, manifesto alertando sobre os riscos da Ebserh para a universidade. Isso porque a empresa constava da pauta de deliberações daquela sessão do órgão, que foi alterada em virtude da presença dos grevistas na reunião.

Posição do reitor sobre a Ebserh

Diante da insistência dos estudantes para que a Reitoria agendasse a realização de audiência pública sobre a Ebserh, o reitor encerrou a sessão do Consuni. “A perda de foco da busca de soluções para os problemas é ruim. Temos que focar nossos esforços reivindicando em direção ao alvo que tem condições

de resolvê-los”, respondeu, aos estudantes, Levi.

Segundo o reitor, a Reitoria está empenhada em buscar esclarecimentos sobre a Ebserh, que “é uma empresa pública – cujo único acionista é o governo federal – comprometida com o Sistema Único de Saúde, cabendo à UFRJ interpretar se é conveniente ou não contar com o apoio ou adotar solução própria, repensando medidas, para enfrentar as precárias estruturas dos hospitais universitários. Mas o que a universidade não pode é deixar de ter hospitais comprometidos com o atendimento”.

Por essas razões, afirmou Levi, a Reitoria estava, no momento, levantando, com a assessoria jurídica, o que de fato seria negativo para

a UFRJ num eventual contrato com a Ebserh: “Temos que conhecer os pontos que estão sendo negociados, as bases da negociação e depois discutir. Não podemos discutir acerca de questões abstratas. Por isso, somente depois dessa etapa é que abriremos a discussão”.

Mesmo sem declarar se era favorável ou não à audiência pública, o reitor justificou sua negativa aos estudantes dizendo ser “inoperante marcar data sem saber o que se vai discutir”, e acrescentou que “a pauta mais premente é a greve, para que haja o retorno à normalidade institucional. A Reitoria sempre esteve aberta ao diálogo franco com os três segmentos, mas por enquanto não encontra uma razão para discussão da Ebserh”.



ENTERRO simbólico de Dilma: jocoso, porém sério

Consuni questiona decisão do Cepg

A decisão do Conselho de Ensino para Graduados (Cepg) de manter o calendário acadêmico durante a

greve dos três segmentos, proposta aprovada com voto de minerva da pró-reitora de Pós-graduação e Pes-

quisa, Débora Foguel, foi criticada no Consuni por vários conselheiros, principalmente por causar confusão

acadêmica, já que o calendário da graduação foi cancelado. Eles, inclusive, defenderam que o colegiado

máximo da universidade discutisse a questão e voltasse atrás na deliberação do Cepg.

Calendário de lutas da UFRJ

■ Segunda-feira – 16/7

Reunião das Comissões do Comando Local de Greve – Sede do Sintufrj Reunião das Comissões Unificadas de Organização dos atos na ABI e Ponte do Saber, às 10h, no Espaço Cultural do Sintufrj.

■ Terça-feira – 17/7

Assembleia geral com saída da caravana, às 9h, no Espaço Cultural do Sintufrj.

Reunião das Comissões Unificadas de Organização dos atos no HUCFF e contra a EBSEH, às 15h.

■ Quarta-feira - 18/7

Saída para atividades no Polo de Xerém, às 8h, da sede do SSintufrj. Reunião no Polo de Xerém, às 9h

Saída para atividades no Campus Macaé, às 9h, em frente ao HUCFF. Ato no Campus Macaé, às 14h

Pauta interna

As reivindicações da categoria entregues ao reitor e levadas ao Consuni vão desde a regulamentação da jornada de 30 horas para todos os técnicos-administrativos em educação à concessão de espaço físico para construção do Centro de Convivência dos Trabalhadores da UFRJ. Veja a íntegra da pauta no site: <http://www.sintufrj.org.br/greve2012/images/docs/Oficio-119.pdf>.

JORNADA DE LUTAS

Chega de enrolação, negocia Dilma!

Esta semana vai ferver em Brasília. Caravanas de todo o país seguem para a capital federal levando milhares de servidores para uma grande marcha no dia 18 de julho com a intenção de vencer a omissão do governo. A caravana do Sintufrj sairá na terça-feira, dia 17.

O evento foi organizado no Fórum Nacional das Entidades dos Servidores Públicos Federais, que reúne 32 delas, entre as quais a Fasubra-Sindical e o Andes-SN.

A programação prevê, entre os

dias 16 e 20 de julho, grande acampamentos, na Esplanada dos Ministérios, Marcha Nacional e no dia 20, plenária unificada de entidades sindicais dos servidores públicos federais.

Greve se consolida

No dia 11, a categoria dos técnicos-administrativos completou 30 dias em greve (na UFRJ, deflagrada no dia 5), com a adesão de 61 instituições e em plena ação, ocupando reitorias, realizando atos, vigílias e

enterros simbólicos. Se de início o governo tentou ignorar o movimento, a greve conseguiu impor-se na conjuntura.

O Comando Nacional de Greve (CNG-Fasubra) da categoria avalia alguns resultados positivos, como a audiência com o ministro Aloísio Mercadante, da Educação, e o apoio de diversos colegiados das Ifes e dos reitores. Este último, formalizado em recente reunião da Associação Nacional de Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior

(Andifes), indicando que a solução do conflito passa pela negociação também com a categoria dos técnicos-administrativos em educação. Por isso o CNG-Fasubra conclama a intensificação do movimento e a realização das atividades indicadas por ele, realizando atos unificados e projetando o movimento na mídia e na sociedade.

Semana passada também foi agitada

Houve reunião com o Ministério

da Educação, dia 9, com a Andifes, dia 10, e no dia 11 o CNG-Fasubra esteve na Câmara dos Deputados, em Brasília, para recolher assinaturas de apoio dos deputados federais para as reivindicações dos técnicos-administrativos em educação.

Os representantes do CNG-Fasubra que lá estiveram cantaram “parabéns para a greve, que completou um mês, negociação que precisa o governo não fazer”. A maioria dos parlamentares que passaram pelo acesso ao plenário assinou o manifesto.

CNG-Fasubra busca apoio de Mercadante

O ministro pediu à categoria argumentos com os quais possa convencer a equipe econômica de que os técnicos-administrativos em educação têm direito a reajuste.

Em reunião no dia 9 com Aloísio Mercadante, ministro da Educação, representantes do CNG-Fasubra pediram sua gestão junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) para resolver a greve da categoria.

O CNG-Fasubra fez um histórico do acordo de greve de 2007 e das 52 reuniões sem qualquer avanço, e reafirmou a disposição de negociar. Lembrou que o movimento tem uma pauta histórica e que, o que o governo disse sobre o custo da greve dos docentes ser de R\$ 5,9 bilhões e a dos técnicos-administrativos R\$ 17,7 bilhões não traduz a realidade. O CNG-Fasubra indicou ao MPOG que a categoria aceitaria 20,8% de reajuste no piso, resultado da variação do Produto Interno Bruto (PIB) nos últimos dois anos.

O ministro afirmou que a pauta do funcionalismo soma R\$ 92 bilhões e vê dificuldades no atendimento por conta da política de austeridade fiscal. Disse, ainda, que não seria simples solucionar os problemas expostos pelos trabalhadores da base da categoria.

O ministro afirmou que é preciso encontrar argumentos sólidos para tirar um reajuste para os técnicos-administrativos em educação. Mas, para os professores, ele tem certeza de que haverá alguma proposta e quer elementos substantivos para

defender o aumento (que não é aumento, é reposição) para os técnicos-administrativos.

Nesse sentido, o CNG - Fasubra apresentará uma exposição de motivos para fundamentar a atuação do ministro junto à área econômica na defesa do reajuste e construir uma pauta específica para concretizar a agenda da federação com o Ministério da Educação.

A primeira avaliação do encontro com Mercadante, com o relato dos companheiros do CNG-Fasubra acerca da reunião, pode ser visto em vídeo no site <http://vimeo.com/45472597>. Além disso, também pode ser baixado o Informe de Greve (IG05 - 09/07/3012) no site do Sintufrj ou diretamente na página eletrônica da Fasubra-Sindical (www.fasubra.org.br).

Andifes solicitará audiência com ministro

No dia 10, o CNG-Fasubra reuniu-se com representantes da Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) para pedir apoio ao movimento e cobrar a posição da entidade sobre o documento do MPOG que “orienta” para o corte de ponto dos trabalhadores em greve.

João Luiz Martins, presidente da Andifes e reitor da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), informou que tem noção das dificuldades por que tem passado a categoria e que tem conversado com o governo para atender o movimento.

Naquela tarde a entidade reali-



Foto: Fernando PauloKan

CNG-FASUBRA: reforço na luta unitária



REUNIÃO NO MEC: ministro pede subsídios

zaria uma plenária extraordinária para discutir o corte de ponto e o orçamento. Conforme o portal da entidade, a associação decidiu, em seu conselho pleno, solicitar audiência com o ministro da Educação e com a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, para pedir celeridade na negociação entre o governo e

os sindicatos dos trabalhadores em greve nas universidades federais e discutir a orientação do “comunicado” do secretário do MPOG sobre o corte de ponto.

Os presentes questionaram o fato de ser impossível executar — técnica e juridicamente — as orientações dadas pelo secretário de

Relações de Trabalho do ministério. De acordo com o presidente da Andifes, é necessário ouvir os ministros sobre as medidas que constam no “comunicado” enviado diretamente aos dirigentes de Recursos Humanos, sem passar pelos reitores, dirigentes maiores das universidades federais.

MP com reajuste é aprovada no Senado

No dia 11, o Senado aprovou a medida provisória que reajusta os salários de 30 categorias do serviço público. A MP vai a sanção da presidência da República.

Mas é importante destacar que os técnicos-administrativos em educação estão de fora. Esta, aliás, foi a mesma MP na qual o governo embutiu, na surdina, a redu-

ção salarial de médicos federais e o congelamento dos percentuais de insalubridade e periculosidade, que, depois de muita mobilização e protesto, acabou sendo derru-

badada o texto refeito pelo relator, voltando a questão dos salários, à condição anterior, o que foi aprovado tanto pela Câmara quanto pelo Senado.

Outra questão é que esses reajustes foram acordados em 2011 e não se referem à greve em curso no serviço público federal.

Reitoria se posiciona em relação à greve na UFRJ

Em nota assinada pela “Reitoria da UFRJ”, publicada em 9 de julho na página eletrônica da Pró-Reitoria de Pessoal (PR-4) (http://www.pr4.ufrj.br/informe_especial_2.htm), a Administração Central da instituição se posiciona em favor das reivindicações do movimento, exorta o

governo para que negociações sejam abertas e opina dizendo que “não nos parece adequada a comunicação emitida pela Secretaria de Relações do Trabalho e pela Secretaria de Gestão Pública orientando os gestores a proceder ao corte de ponto dos servidores em greve”.

Leia a seguir a nota da Reitoria, na íntegra:

AVANÇAR NA NEGOCIAÇÃO: A SAÍDA PARA A GREVE DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

“Não cabe às Reitorias tomarem partido no movimento de greve, já que essa é uma decisão autônoma dos segmentos sociais que compõem a universidade. Contudo, algumas das reivindicações defendidas, tais como:

1. 10% do PIB para a Educação;
 2. Aporte de verbas para a garantia da qualidade do Reuni;
 3. Vagas para Concursos Docentes e para Técnicos-Administrativos;
 4. Avançar na melhoria da estrutura física da Universidade e dos seus Hospitais Universitários;
 5. Carreira e Remuneração Compatível para Docentes e Técnicos-Administrativos;
 6. Autonomia Universitária; e
 7. Por uma Universidade Pública e Gratuita,
- são demandas fundamentais trazidas pelos nossos docentes, técnicos-administrativos e es-

tudantes, que unificam esse movimento, e que também nos mobilizam, nos animam e nos irmanam por sua legitimidade e justiça.

(...) A nosso ver é um equívoco tratar administrativamente uma questão de caráter eminentemente político, como é o caso de conflitos inerentes às relações de trabalho.

Assim, a saída para a situação vivida pelas universidades não pode ser outra que não seja o caminho da negociação, conscientes de que a totalidade das reivindicações apresentadas pelos movimentos não serão contempladas pela sua dimensão e amplitude; porém é fundamental que o governo federal aponte diretrizes efetivas no caminho de carreiras e remuneração compatíveis com o programa de reestruturação e expansão do ensino superior, cujo êxito depende de servidores motivados e com perspectiva de construção da sua vida profissional nas universidades federais.”

AVALIAÇÃO

Este é o momento de radicalizar

“É importante seguir à risca o calendário nacional (indicado pelo CNG-Fasubra) porque, de concreto, não tem nada sinalizado para a gente”, avalia Francisco de Assis, da Coordenação Jurídica e de Relações de Trabalho da Fasubra-Sindical. Ele refere-se a uma série de atos e mobilizações definidas pelo Comando Nacional de Greve da Fasubra, como a panfletagem em vias públicas, ocupação de reitorias nesta semana, culminando com uma grande marcha em Brasília no dia 18 e atos na Esplanada dos Ministérios, dia 19. “É preciso cumprir rigorosamente. E ficar atento às orientações do CNG-Fasubra”, ratifica o dirigente sindical, explicando que a marcha vai dar visibilidade às demandas da categoria.

Em relato das iniciativas do CNG-Fasubra, Francisco de Assis avalia que “em que pesem o esforço da bancada do PT e o fato de ter conseguido uma reunião (no dia 4) com a ministra Miriam Belchior, esta mesa foi difícil. A informação foi de que tem sinalização para os docentes, mas não para os técnicos-administrativos. No dia 9 de julho o CNG-Fasubra teve reunião no Ministério da Educação, que apontou a necessidade de justificativa para as reivindicações. Estamos preparando isso. No dia 10, tivemos uma reunião com a Andifes e apontamos a posição da Fasubra de buscar apoio para não haver corte de ponto. O presidente da entidade comprometeu-se a submeter a questão ao pleno da Andifes, que aconteceria à tarde”. Francisco, portanto,

insiste: “Temos que radicalizar porque estamos com dificuldade de negociação. Precisamos dar uma estremeçada e por isso o CNG-Fasubra indicou o calendário”.

Representantes da UFRJ no CNG apontam radicalização

Alguns dos representantes da UFRJ no CNG-Fasubra, em Brasília, são taxativos: é hora de dar visibilidade à greve.

Para Gerly Miceli, a chegada do grupo em Brasília reforçou o CNG, com a realização de avaliação de conjuntura e a formulação de um calendário para sinalizar a greve na Educação. Começamos a desenvolver atividades em conjunto com docentes e estudantes mas, também, atividades somente do CNG-Fasubra”, informa Gerly, explicando que é preciso orientar as bases para que façam atividades com os outros segmentos de maneira unitária.

“Essa necessidade foi sendo percebida na medida em que conseguíamos furar o bloqueio da mídia e colocar nossa greve na conjuntura, porque apenas se falava em greve de professores apoiada pelos estudantes. A partir da suspensão da inscrição no Sistema de Seleção Unificado (SiSU) em algumas universidades e da tentativa de suspensão em outras, a nossa greve conseguiu entrar na conjuntura, e, nesta semana, serão desenvolvidas atividades em Brasília. Primeiro para colocar a nossa greve ainda mais em evidência, mas também em função do documento (“comu-

nica”) do MPOG orientando o corte de ponto. A gente entendeu que este é o momento de radicalizar as ações. O Congresso vai entrar em recesso e a gente precisa ter maior número de aliados para que o governo estabeleça o diálogo. Para nós, esta semana é fundamental. É preciso acirrar e mobilizar, mesmo”, avalia Gerly Miceli.

Para Rafael Medeiros, outro companheiro representante da categoria no CNG-Fasubra, toda a semana anterior (entre os dias 2 e 6) foi de grande agito. “Houve atividades durante toda a semana. Protocolamos um documento no Ministério da Educação, participamos de atividades com os estudantes, conseguimos uma reunião com o ministro Mercadante, fize-

mos vigília o dia inteiro com muita atividade e expressões artísticas no MPOG”.

Rafael informa que na reunião com a Andifes, com mobilização na frente da entidade, buscou-se o apoio dos reitores à greve: “Todos eles falaram que não têm pretensão de devolver a lista (com a presença dos servidores) para o MPOG cortar ponto. Fizemos uma placa (com os dizeres “Eu apoio a greve. Negocia, Dilma) e vários reitores tiraram fotos com a placa”. Segundo ele, no fim de semana, dias 7 e 8, os quatro comandos nacionais de greve, da Fasubra, do Andes, do Sinasefe e de estudantes, tiveram o entendimento de que o importante, agora, é o processo de unificação das lutas, botar bastante peso no acampa-

mento nesta semana e mobilizar as entidades de base com o intuito de orientar atividades radicalizadas.

Segundo Jorge Pierre, outro representante dos funcionários da UFRJ no CNG-Fasubra, as atividades no Comando não pararam e a semana foi cheia: “Houve muita mobilização, vigília com teatro e tudo. Fizemos atos com os professores no MPOG, engrossamos atos dos estudantes no Ministério da Educação e tivemos até atividades no hospital universitário da Unb. Foi importante e teve resultado. Até porque, o MEC chamou o CNG para uma reunião, marcada para segunda-feira, dia 9, à tarde”. Para ele “essa campanha de 16 a 20 é fundamental para pressionarmos, porque depois é recesso em Brasília”.

Fotos: Fabiano Paulo Kun



CNG-FASUBRA em atividade na Câmara dos Deputados, em Brasília

Direito de greve é constitucional, movimento tem amparo legal

O Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Terceiro Grau Público de Curitiba, Região Metropolitana e Litoral do Estado do Paraná (Sinditest-PR) preparou uma publicação sobre o direito de greve, a qual reproduzimos aqui.

O informativo aponta uma situação comum, também na UFRJ: “Não é de hoje que a maioria das chefias e diretorias tentam tiranizar os trabalhadores com pequenas mentiras e meias verdades. Muita pressão e excessiva arrogância.” Em especial junto aos trabalhadores que aqui chegam via recentes concursos públicos é que as chefias promovem, velada ou abertamente, o terror.

Não se intimide. Nossa defesa é conhecer nossos direitos

Observe o que diz a Constituição de 1988:

O Art. 9º da Constituição de 1988 orienta que “É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.

§ 1º - A lei definirá os serviços ou atividades essenciais e disporá sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.

§ 2º - Os abusos cometidos sujeitam os responsáveis às penas da lei.”

A garantia para os servidores públicos foi prevista no Art. 37, incisos VI e VII:

“VI - é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical;

VII - o direito de greve será

exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998).”

A greve é mais uma situação de fato do que legal

Ela é, portanto, um direito que se constrói na luta, muitas vezes questionando a lei, até que o direito seja reconhecido. Ela é determinada pelas condições em que os trabalhadores têm de se organizar para lutar por seus direitos.

É responsabilidade dos trabalhadores atuarem para construir a greve de forma coletiva, pela vitória de todos. Por isso, a discussão em cada setor com os colegas de trabalho é fundamental na ação conjunta, para aumentar a adesão e a pressão surtir efeito.

Não é porque você é novato que precisa dizer amém

Não acredite na lorota de que a chefia local pode estabelecer critérios de avaliação do Estágio Probatório a seu bel-prazer. A direção do setor não é Presidência da República que pode editar decreto, portarias e resoluções. A direção também não é cargo do Poder Legislativo que analisa, propõe e aprova leis. Portanto, não é da competência da direção ou de qualquer chefia determinar os critérios de avaliação.

Técnico-administrativo em estágio probatório tem direito a participar da greve sim. A greve é um direito de todos os trabalhadores. E estes decidem qual a melhor maneira de fazê-la e quais meios irão empregar.

Na Avaliação do Estágio Probatório, a chefia não poderá considerar o período em que o(a) técnico(a)-administrativo(a) este-



ve em greve.

O que ocorre em muitas greves é a pressão das chefias e diretorias para coagir os servidores, principalmente os em Estágio Probatório, a não aderirem à paralisação. Este tipo de conduta é considerado ato antissindical.

O que o trabalhador precisa fazer é avaliar junto ao Comando de Greve qual a melhor maneira de apoiar o movimento. Afinal, a greve é sempre um movimento coletivo e não um ato isolado ou de heroísmo.

Os salários dos trabalhadores em greve podem ser descontados?

Geralmente a questão do pagamento dos dias parados se resolve por meio de negociação durante a própria greve. Se o movimento for levado a julgamento os tribunais decidirão pelo pagamento ou não dos dias parados. Quanto mais coesa e forte for a greve, menores as chances de retaliação. Por isso, é fundamental que a greve tenha força para que

não haja qualquer desconto.

Como fica o registro do ponto durante a greve?

A greve é a suspensão coletiva do trabalho. Assim, é importante que a adesão a ela seja o máximo possível. É fundamental que todos os trabalhadores em greve participem das atividades do movimento e ajudem nos atos de pressão sobre o governo.

Greve não é folga. Exige muito trabalho e dedicação à luta para conquistarmos nossos direitos. Como a greve suspende o contrato de trabalho, o registro de ponto deve ser feito nas listas de presença da greve. É a forma que temos de questionar qualquer desconto indevido durante a paralisação.

Mesmo porque a falta da greve, desde que ela não seja considerada abusiva ou ilegal, é considerada falta justificada. Assim, o controle da frequência por meio das listas de greve deve servir ao próprio movimento. Jamais pode ser entregue ao empregador. Independentemente se ele é o governo estadual, federal ou

municipal ou ainda algum particular.

Prepare-se para os ataques contra o direito de greve!

Embora seja limitado, o exercício do direito de greve é atualmente uma das formas de luta mais importante dos trabalhadores. Na greve sempre enfrentamos intensos ataques contra o nosso direito de parar por salário e condições dignas de trabalho.

Atuando em conjunto, os governos e o Judiciário têm cumprido um papel de tentar coibir e criminalizar o direito de greve e a livre organização dos trabalhadores. Aplicam multas milionárias. Estabelecem absurdos limites mínimos de funcionamento. Foi assim na greve dos metroviários de São Paulo. Houve uma determinação para que o metrô funcionasse 100% nos horários de pico e 85% nos demais horários. Que direito de greve seria esse?

A Justiça obriga o trabalhador a furar a greve, mas não obriga o governo a negociar.”

CORTE DE PONTO

Medida do MPOG é autoritária e inconstitucional

O Comando Nacional de Greve (CNG-Fasubra) se reuniu logo em seguida à emissão do “comunica” sobre o corte de ponto e, analisando o documento, emitiu uma série de orientações à base da categoria quanto a mais essa ameaça. Como, por exemplo, o envio de representações às reitorias para cobrar apoio à greve e o não atendimento da orientação do MPOG; o acionamento das assessorias

jurídicas para emitirem pareceres sobre a medida e a intensificação das atividades de greve com o esclarecimento da base sobre o caráter do “comunicado” e a necessidade de resposta ao governo com ações de greve.

Avaliação

O CNG-Fasubra considerou que o documento de 6 de julho visa punir o forte movimento paredista no conjunto

do funcionalismo federal. O CNG aponta que o governo permanece intransigente com as greves, que não há negociação efetiva e que o “comunicado” é uma tentativa de desmobilizar a categoria e derrotar o movimento.

Considerando que a greve é legal – pois o documento emitido é do Poder Executivo e não tem amparo jurídico – e que não há nenhuma ação na Justiça contrária ao

nosso movimento, o CNG-Fasubra avalia que esta é uma medida autoritária que fere o direito constitucional de greve. O “comunica” não é um instrumento adequado de relacionamento com as universidades, uma vez que estas, constitucionalmente, são entes autônomos, cabendo aos reitores e aos colegiados superiores defender a autonomia universitária, assim como o seu corpo social.

